

Coletivo editorial

Antonio Carlos Carpintero, Azael Rangel Camargo, Claudete de Castro Silva, Csaba Deák, Jorge Oseki, Klara Kaiser Mori, Luis Octávio da Silva, Marcelo Coutinho Vargas, Maria Ângela Faggin Pereira Leite, Maria Cristina da Silva Leme, Maria Flora Gonçalves, Nádia Somekh Martins Ferreira, Philip Gunn, Regina Sílvia Pacheco, Sarah Feldman, Suzana Pasternak Taschner, Tania Mezzomo, Yvonne Mautner

Coordenação editorial

Luis Octávio da Silva

Preparação de textos para impressão e revisão

Regina Nogueira

Colaboradores deste número

Evelyn Levy, Helena Kerr do Amaral, Luisa Battaglia, Pedro R. Jacobi

Correspondentes

Ana Fernandes (Salvador), Denise Pinheiro Machado (Rio de Janeiro), Liana Carleal (Curitiba), Marcus André B. C. Melo (Recife), Roberto Monte Mor (Belo Horizonte), Roberto Smith (Fortaleza), Wriana Panizi (Porto Alegre), Alfredo Rodrigues (Santiago), Alicia Ziccardi (México), Diego Carrion (Quito), Nora Clichevsky (Buenos Aires), Manuel Teixeira (Lisboa), Anne Querrien (Paris).

Ilustração de capa

Capa da partitura da ópera "O Guarani" de A. Carlos Gomes, baseado no romance de José de Alencar, estreada em 1870 no Teatro Scala de Milão. Seleção de Sonia da Silva Lorenz.

Produção gráfica

PW Gráficos e Editores Associados Ltda.

Impressão

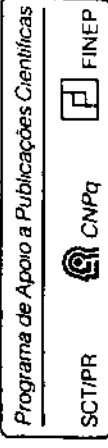
Prof Editora e Gráfica Ltda.

ESPAÇO & DEBATES

Publicação quadrimestral sob a responsabilidade do Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos - NERU

Correspondência e assinaturas:

Caixa Postal 11028 - CEP 05422-970 - São Paulo - SP - Brasil



O local e o global: personalidade regional ou inter-regionalidade?

Alain Lipietz

Tradução Daniel Julien Van Wilkervorde
Revisão Nidia Sombich

Introdução

O local e o global: na economia espacial, na economia regional ou interregional, este contraste não se situa somente entre objetos de estudo, mas consiste num contraste de método. Para quem privilegia o local (a "região", o "país", o território existe com a sua "personalidade" (para falar como o geógrafo Vidal de la Blache), isto é, as suas dotações naturais e humanas, as suas instituições, a sua "atmosfera" própria e sobre a base desta personalidade, estabelece relações razoavelmente vantajosas com outras regiões. Esse enfoque pode voltar-se à estrutura interna do território para explicar as suas relações com os outros territórios, mas não e "globalmente" estruturalista.

Pelo contrário, os enfoques partindo do global definem as regiões pelo seu lugar numa estrutura mais global ou abrangente. A região, as suas características, são, portanto, o produto da inter-regionalidade. Falaremos por exemplo das relações "centro/periferia".

Recentemente, esta oposição metodológica assumiu um novo aspecto: consiste na oposição entre o enfoque em termos de divisão inter-regional (ou interregional) do trabalho e naquele em termos de desenvolvimento endógeno, cuja forma mais característica seria a do distrito industrial. A presente exposição visará atualizar esse debate que está aberto não só na teoria, mas, muito provavelmente, na realidade. O mundo muda e revela formas, topologias novas!

A primeira sessão recorda a ortodoxia da pré-guerra: as teorias da hierarquia urbana, teorias "globalmente estruturalistas", mas que escondem sintonicamente "endogenistas". A segunda sessão aborda as duas grandes ortodoxias do pós-guerra, o duelo metodológico "etapas do desen-

volvimento/teoria da dependência". A terceira sessão apresenta a renovação das teorias "endogenistas", e a quarta sessão evoca os termos recentes do debate. A quinta sessão experimenta as possibilidades de uma superação... que sempre conservará a dialética do local e do global.

Primeira ortodoxia: a hierarquia urbana

Os primeiros teóricos da economia espacial, regional ou urbana, aqueles da Escola de Iena (Lösch [1940], Christaller [1933]) partiram da seguinte questão. Como, a partir de um espaço plano, homogêneo (campo dedicado às atividades agrícolas/pastoris), pensar a emergência de concentrações urbanas de atividades manufatureiras ou terciárias? Como dar conta da hierarquia (no tamanho, no leque de serviços fornecidos, portanto em riqueza) entre essas aglomerações?

A resposta parece bastante simples, dentro do quadro da teoria microeconômica desde então dominante, que parte dos comportamentos de maximização do lucro, de minimização dos custos. Cada bem a ser fornecido, cada serviço a ser oferecido, apresenta um "ótimo" de escala de produção. A esse ótimo corresponde uma demanda distribuída no espaço homogêneo. Os custos de transporte (das mercadorias, dos clientes ou dos usuários) são minimizados se o produtor contemplar um círculo delimitado de espaço homogêneo. As produções urbanas tenderão, portanto, a organizar-se em redes de "lugares centrais" cujos círculos recobrirão o espaço, o que é melhor realizado quando a rede é constituída de malhas hexagonais. A serviços cada vez mais raros (ou a produções apresentando economias de escala cada vez mais massivas) corresponderão redes hexagonais (chamadas de Christaller) de malhas cada vez mais largas. Supondo que uma cidade

estaja no nó da maioria das redes, e fazendo girar essas redes em torno desse "centro de nós", vemos aparecer regularmente concentrações de nós, esboços de cidades de segundo escalão.

Assim se constituiria a hierarquia urbana, graças a alguma mão invisível otimizadora, desde as metrópoles dotadas de teatros de ópera até as aldeias simplesmente dotadas de mercearia. Esse esquema não nos deve fazer rir. Ele se realiza quase integralmente, na vasta planície norte-européia, desde a França do Oeste à Santa Rússia, assim como nos grandes espaços norte-americanos (não é por acaso que Iena pôde ver a maturidade dessa teoria!). Mas, sobretudo, ele convida à reflexão.

Em primeiro lugar, trata-se de um esquema estruturalista. O tamanho, o leque de atividades de um "lugar central" depende de sua posição na rede urbana hierarquizada. Se existirem cidades pequenas e pobres em atividades importantes, é porque o "lugar" dessas atividades está ocupado por uma cidade maior, de escalão hierárquico superior. Não se coloca um teatro de ópera, uma loja de departamentos e uma universidade em qualquer parte. Adivinha-se desde já o esquema das "economias-mundo" a la Wallerstein [1974] e Braudel [1980]: o "sucesso" de certas aglomerações (os "centros") é o verso de uma medalha cujo reverso necessário é a mediocridade de sua periferia. Mediocridade que só é relativa: até o mais humilde lugarejo, um lugar urbano, é sempre o centro de uma periferia... numa rede mais fina.

Mas de quem é esta mão invisível que concentra dessa forma as atividades mais nobres em certas metrópoles? A primeira vista, o jogo da concorrência e dos comportamentos individualistas de otimização. As empresas se distribuem regularmente no espaço fugindo da concorrência e buscando a proximidade dos clientes.

Não é nada disto. Em primeiro lugar, é sabido que, em cada centro, várias empresas concorrentes oferecem em geral o mesmo serviço. E se for possível na mesma rua (pensamos no Sentier de Paris, para a confissão). É o efeito de "bolso de valores", de "mercado" (no sentido organizacional da palavra mercado: um "mercado de gado", por exemplo). É preciso instalar-se lá onde clientes buscam certo serviço ou certa mercadoria, um certo lugar conhecido para concentrar aqueles que se consagram à indústria correspondente. Não se trata de uma

indústria que contempla um círculo, trata-se de uma aglomeração de empresas: já um "distrito"! Quando, ao contrário, só há uma unidade de produção de serviço por malha da rede, pode-se supor que, justamente, não se trata de concorrência, mas de uma organização planificada que dá conta da ocupação desse "lugar". É a Igreja que distribuiu, nas aldeias e nas cidades, paróquias e bispados (e muitas vezes foi ela que assim deu início à estrutura urbana). É o Estado que distribuiu escolas, colégios, universidades, hospitais e assim consolidou a hierarquia urbana, intencionalmente, para suprir um território.

Para evidenciar esse efeito de aglomeração, apesar da concorrência, alguns teóricos do equilíbrio geral recorreram a um paradoxo de teoria dos jogos imaginado por Hotelling [1929]. Num passeio de uma estação balnearia, dois sorveteiros teriam interesse em dividir as duas metades da praia, colocando-se no primeiro e no terceiro quarto do passeio. Mas, cada um deles, procurando "morder" o território do outro, irá se "colar" ao outro, no meio da praia, pendendo assim os clientes das duas extremidades!

Este jogo não cooperativo não convence. Ainda-se até o meio da praia porque se sabe que ali estão os vendedores de sorvete (e de filtro solar, e de óculos escuros etc.). A aglomeração não é forçosamente um efeito perverso. Ela apresenta efeitos positivos para os concorrentes, efeitos de aglomeração: economias de aglomeração internas no ramo (o sorveteiro está mais próximo do fabricante de sorvetes), efeitos de proximidade externa no ramo (vai-se comprar um filtro solar e volta-se com sorvete na mão).

Esses efeitos internos à aglomeração, mas externos ao ramo, evidenciam assim uma segunda fraqueza de base do raciocínio da Escola de Iena: por que admitir a priori que existem metrópoles que estão no nó de várias redes? Por que, sugerem os teóricos dos "efeitos externos", nem todos os comportamentos são regidos por transações mercantis isoláveis. Existe um efeito de deslumbramento, de troca de trocas informais, de interações não tarifadas, que é próprio à aglomeração. Reconhece-se já o conceito de atmosfera, caro a Marshall e a Becattini.

Assim, a teoria espacial mais estruturalista, inspiradora das gestões administrativas do território mais funcionalistas, repousa sobre um imponderável, um não mensurável, um princípio

de organização não mercantil, específico à própria aglomeração, que pode no máximo ser iniciado e estimulado por decisões administrativas superiores. Em suma: algumas cidades são mais bem-sucedidas que outras porque elas "merecem", porque sua vida econômica (ou cultural) é mais ativa, porque seus cidadãos adotam uma atitude mais expectativa ou de mais concordância. A partir daí, a hierarquia espacial é resultado e não causa: todas as cidades poderiam ser tão prósperas se elas tivessem a mesma sorte.

Considerando a cidade (e a região que a cerca e participa da sua prosperidade) como um "sujeito coletivo", vemos então inverterem-se, como uma tira de Meebius, as duas faces opostas de toda ciência social: holismo e individualismo, estrutura e trajetória, ou seja, na linguagem da análise espacial, o "global" e o "local". É entre esses dois pólos que vão se confrontar as duas grandes "ortodoxias" espaciais dos anos 1960.

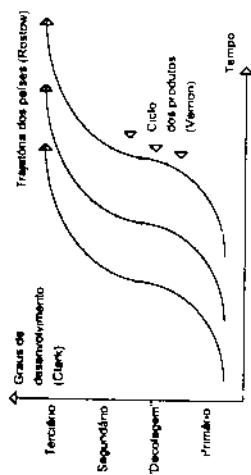
Atrazo ou dependência? As ortodoxias do pós-guerra

A grande fraqueza da teoria da hierarquia dos lugares centrais é certamente o pressuposto do espaço homogêneo. Num espaço homogêneo, a estruturação de uma hierarquia urbana (pelo mercado, os efeitos externos ou a decisão administrativa) é de fato plausível. O problema é que as regiões, e menos ainda as nações, não são homogêneas entre si. Na Normandia como em Hesse ou na Mazúria, existem de fato redes urbanas hierarquizadas à la Cristaller, estruturalmente homogêneas entre si... mas a composição social dessas cidades, sua riqueza, não se parecem, porque são redes urbanas de territórios heterogêneos entre si. Uma são consideradas "desenvolvidas" e outras... menos desenvolvidas. Da mesma forma, existem bairros industriais e residenciais, bairros ricos e bairros pobres não só em Paris como na cidade do México, mas Paris não é a cidade do México. O desenvolvimento desigual das regiões e de suas estruturas urbanas vai ocupar a primazia nos anos 1960-70, produzindo principalmente duas ortodoxias rivais.

Nos anos 1960, dominou uma primeira "ortodoxia" em matéria de desenvolvimento espacial das atividades econômicas. Cada área geográfica (região ou país) deveria supostamente passar pelas mesmas etapas do esquema histó-

co de Colin Clark (1951), os estágios: pré-industrial (primário), industrial (secundário), pós-industrial (terciário ou quaternário). Mas todos os países (ou regiões) não "decolaram" no mesmo momento, daí o desenvolvimento relativo de uns em relação a outros a cada momento histórico (figura 1). Tal foi a teoria das etapas do desenvolvimento de W. Rostow (1963). Transversalmente a essa diferenciação das áreas geográficas, os novos produtos inventados nas zonas mais desenvolvidas se banalizariam e a sua produção se deslocaria para centros menos desenvolvidos (ciclo do produto de Vernon (1966)).

Figura 1
A dualidade Rostow-Vernon



O esquema Clark-Rostow-Vernon não é, segundo a classificação dos enfoques esboçados acima, "globalmente estruturalista". Nada impede que, no fim dos tempos, na era quaternária, as trajetórias de todos os países possam convergir para uma estrutura interna semelhante. O "atraso" relativo de alguns em relação a outros não é estrutural: é um efeito dos acasos da História que viu alguns países decolarem antes de outros, por razões de estrutura interna. A emergência de uma ética da empresa à la Weber, a presença de matérias-primas indispensáveis à "primeira revolução industrial", a fraqueza da feudalidade permitindo a emergência de uma burguesia: todas as razões invocadas por uns e outros remetem à genealogia, à "personalidade" do país. Simetricamente, podemos evocar, para explicar o "atraso" dos outros países, razões internas: dificuldades do clima, estruturas sociais ou ideológicas conservadoras etc. A "decolagem" seria, portanto, matéria de reformas internas e, por conseguinte, o avanço dos outros países seria em suma positivo: os últimos "alcançarão" os primeiros importando o seu know-how... Neste sentido, essa ortodoxia deriva de uma metodologia "individualista" (com "indivíduos coletivos"); os países).

Face a essa ortodoxia, ergue-se, sob diversas variantes, uma teoria globalmente estruturalista: a teoria da dependência.² Para seus partidários, a própria causa do "subdesenvolvimento" de uns era o desenvolvimento dos outros e a riqueza desses últimos alimentava-se da miséria dos primeiros. Era possível outrora aceder pelas suas próprias forças ao estágio capitalista industrial, mas as relações de dominação política e em seguida a concorrência no mercado mundial bar- raram de modo duradouro a rota dos recém-chegados. Assim se consolidaria duradouramente uma divisão internacional do trabalho entre um centro dominante, manufatureiro e terciário e uma periferia dominada, exportadora de bens primários, agrícolas e minerais. A troca desigual proibiria a periferia de acumular os meios para sua decolagem. Além disso, os progressos da competitividade do centro imporiam a essa periferia "barreiras de entrada"³ cada vez mais altas.

Era evidentemente fácil transpor esta segunda ortodoxia, da escala internacional à escala inter-regional, para dar conta do desigual desenvolvimento das regiões francesas, britânicas, ou norte-americanas. No entanto, desde o fim dos anos 1960, era preciso render-se à evidência: algumas periferias se industrializavam. "Decolagem", começando pelas produções industriais banalizadas, segundo o paradigma de Rostow-Vernon? Sem dúvida, mas este fato não anunciava necessariamente uma "recuperação", uma homogeneização do espaço. De fato, ainda podemos ler, nas desigualdades inter-regionais dos níveis de qualificação no meio das próprias indústrias manufatureiras, mais uma complementaridade instantânea (sincrônica) do que uma semelhança deslocada no tempo. A respeito da divisão do trabalho entre regiões francesas, vimos suceder-se notadamente, a uma complementaridade agrícola/indústria, típica do pré-guerra, uma nova divisão inter-regional do trabalho correspondente a três funções sincrônicas da atividade produtiva dentro de um mesmo ramo:

- concepção;
- fabricação qualificada;
- fabricação/montagem não qualificadas.

Cada uma dessas funções tenderia a localizar-se nas regiões previamente as mais dispostas a recebê-las (pelo grau de desenvolvimento, pelos níveis de sindicalização, de qualificação e de salários etc.). Essa tripartição, típica da organização "fordiana" do trabalho, era então abusivamente considerada como a forma definitiva de organi-

zação "científica" do trabalho e o seu desenvolvimento espacial foi batizado circuito de ramo.⁴

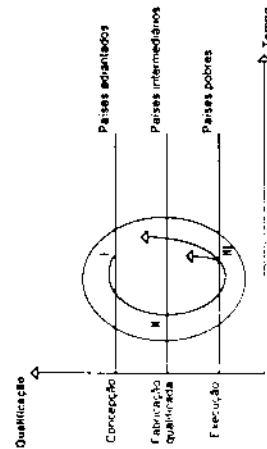
A difusão progressiva dessa tese acompanhando a aparição de "novos países industrializados" no Terceiro Mundo conduziu, no fim dos anos 1970, a uma "nova ortodoxia": a nova divisão internacional do trabalho (Fröbel, Heinrichs e Kreyes [1980]). Os países (ou regiões) desenvolvidos tomaram-se ao mesmo tempo as regiões centrais da organização do trabalho e os principais mercados, mas "relocaram" para regiões mais pobres e menos qualificadas as atividades de mão-de-obra, com destino ao seu próprio mercado.

Essa generalização um pouco prematura de um "estruturalismo global" dirigindo o conjunto da economia-mundo, inclusive a divisão do trabalho no meio da indústria, levantou rapidamente objeções, inclusive da parte de teóricos da "nova divisão inter-regional do trabalho" (Aydalot [1984], Lipietz [1985], Massey [1985]). Pode-se com efeito admitir que, num território politicamente homogêneo como a França, firmas deslocaram os seus circuitos de ramo sobre um tabuleiro de regiões desigualmente desenvolvidas, instalando estabelecimentos de "nível III" nas regiões "subdesenvolvidas" ou estabelecendo relações de subcontratação. Mas, transposto para uma escala internacional, tal esquema (onde o papel do agente estruturante seria confiado às firmas multinacionais) despreza a irredutibilidade de específicas da sociedade local, do papel do Estado local, da natureza das relações e compromissos sociais locais, de seu modo de regulação garantido pelo Estado local etc. Na França, o desenvolvimento do enfoque da regulação linha salientado a importância desses compromissos institucionalizados pelo Estado-Nação, e reconstruiu a atenção na dinâmica, o "regime de acumulação", engendrado por esses compromissos. Se, portanto, as firmas internacionais buscassem entender os seus circuitos de ramos sobre as nações como elas tinham feito sobre as regiões, elas encontrarão aí um agente muito mais autónomo, o Estado local, expressão de uma "idiossincrasia" local, com os seus agentes, os seus conflitos e suas ambições.

Na realidade, essa dualidade "global/local" já estava presente na origem da teoria dos circuitos de ramos, como observava Doreen Massey [1978]: "As regiões em Lipietz [1977] aparecem às vezes delimitadas em si, na sua genealogia, às vezes delimitadas pelo lugar sincrónico na divisão inter-regional do trabalho". Na época,

tratava-se de uma crítica a ela; a região só podia carregar as cicatrizes de estruturas mais globais que sucessivamente tinham imprimido aí as suas marcas. Alguns anos mais tarde, a própria evolução da geografia radical anglo-saxónica conduziu D. Massey [1985] a reconhecer: *the Unique is back on the agenda*. Retorno ao singular, à "personalidade regional" a la Vidal de la Blache... É a crítica regulacionista da ortodoxia da nova divisão internacional do trabalho tentou reverter um estruturalismo global para recolocar no centro da reflexão a "personalidade" do território local, no caso, o Estado-Nação. Outros autores iriam avançar muito mais nesse sentido.

Figura 2
Mapa instantâneo da divisão do trabalho



O desenvolvimento regional "endógeno"

Competido radicalmente com o estruturalismo global, mas também com a teoria pré-determinista das etapas do desenvolvimento a la Rosows, uma série de trabalhos primeiramente escritos puderam convergir no fim dos anos 1980 em direção a uma nova ortodoxia: o sucesso e o crescimento de regiões industriais dever-se-iam essencialmente a sua dinâmica interna.

O ponto de partida foi sem dúvida as pesquisas de Arnaldo Bagnasco, Carlo Figliola e Sebastiano Brusco sobre a "Terceira Itália".⁸ Entre a industrialização clássica do triângulo Milão-Turin-Gênova e o subdesenvolvimento desesperadamente persistente do Mezzogiorno, emergiram cidades, vultuosamente no mercado mundial através de uma indústria específica. Enquanto os primeiros estudos insistiam de preferência sobre as características sociais dessas regiões de desenvolvimento endógeno (a "construção social do mercado"), G. Becattini [1979] assinalou que o tipo de

organização industrial dessas regiões, mistura de concorrência-emulação-cooperação no meio de um sistema de empresas pequenas e médias, lembra um conceito antigo: o "distrito industrial" segundo Alfred Marshall [1900]. Para este último com efeito, existem duas possibilidades de organização industrial. De um lado, a organização sob comando único da divisão técnica do trabalho integrada no seio de uma grande empresa. De outro lado, a coordenação, pelo mercado e pelo "face a face" (a "reciprocidade") de uma divisão social do trabalho desintegrada entre as firmas menores se especializando num segmento do processo produtivo.⁷

Mas o golpe de gênio de Michael Piore e Charles Sabel [1984] foi interpretar os sucessos dos distritos industriais como um caso particular dentro de uma tendência muito mais geral. Referindo-se (provavelmente de forma abusiva)⁸ à ótica da regulação, eles pretendiam que a produção de massa fordista, rigidamente estruturada, iria succeder um regime fundado sobre a especialização flexível, cuja forma espacial seria o distrito, assim como o circuito de ramo era uma forma espacial de desdobramento do fordismo. Esta nova bifurcação industrial desenvolveu com efeito todo o seu lugar à profissionalidade da mão-de-obra de um lado e, de outro, à inovação descentralizada e à coordenação (pelo mercado e pela reciprocidade) entre firmas: duas características já evocadas a respeito da atmosfera social do distrito industrial.

Paralelamente, geógrafos californianos, Allen Scott, Michael Storper e Richard Walker, impressionados pelo crescimento do seu estado e particularmente de Los Angeles, chegaram a conclusões semelhantes a partir de uma base um pouco diferente. Em primeiro lugar, eles se interessaram pelas metrópoles, até megalópoles, denominadas "clusters", que reconheciam posteriormente "clusters" de distritos. Em seguida, apesar de conhecerem a ótica regulacionista cuja terminologia foi adotada parcialmente, eles se aprofundaram essencialmente sobre as análises neo-marxistas ou neo-clássicas (aquelas de Coase [1937] e Williamson [1975]) da dinâmica da divisão do trabalho e dos efeitos externos de aglomeração.⁹ Allen Scott, na sua síntese maior *Metropolises* [1988], salienta mesmo que o distrito eletrônico o mais recente da Califórnia, Orange County, nem possuiu "reserva de mão-de-obra qualificada" na

sua origem (contrariamente ao Vale do Silício, fundado em torno do parque industrial da Universidade de Stanford). Storper e Walker [1989], com acentos quase-nietzscheanos, propuseram um modelo de emergência de "pólos de crescimento" surgidos quase do nada.

Assim, do menor distrito italiano até as megalópoles mundiais, o novo paradigma tecnológico da "especialização flexível" daria impulso não somente à volta das usinas e dos escritórios para as zonas urbanas, mas ainda a retomada do crescimento quantitativo das metrópoles: forma espacial enfim encontrada da saída da crise do fordismo. A futura hierarquia das cidades e regiões urbanas mundiais resultaria da estratégia interna desses distritos (ou conjunto de distritos) que vençam os melhores!

O debate

O debate consecutivo à reemergência da temática dos distritos industriais testemunha pelo menos um considerável deslocamento das preocupações teóricas, mesmo para aquelas e aqueles que divulgam da dinâmica endógena dos territórios.¹⁰

A nível do método, em primeiro lugar. Trata-se do grande retorno da "organização industrial", o estudo das modalidades das relações entre atividades econômicas separadas, no centro da análise geográfica. Há vinte anos dominava um modelo de desenvolvimento capitalista muito "organizado": o fordismo,¹¹ ao qual correspondia o grande fantasma de uma planificação racionalizada, aquela das grandes firmas e dos Estados estruturando a produção, a reprodução social e o espaço. A hierarquia (dentro da empresa), o governo (da sociedade) parecia dirigir o "planejamento" (palavra tão próxima de "gerenciamento") urbano e regional. Hoje, a espontaneidade aparente dos agentes nas suas iniciativas concorrentes parece ter a primeira e a última palavra, e esta grande mudança parece ser a chave da nova geografia econômica. "Desintegração vertical", "divisão social do trabalho" são com certeza as principais ocorrências desses ensaios.

Mas como a sociedade forma apesar de tudo um todo, é necessário que essa contradição entre a

subjetividade empresarial e a coerência social seja de qualquer forma regulada, mesmo na crise, e sobretudo para sair dela. É o primeiro resultado que salta aos olhos e que a materialização das atividades no espaço, a paisagem econômica no sentido próprio da palavra, é a primeira das formas de regulação. Antes mesmo do mercado, antes da primeira transação monetária entre um fornecedor e o seu cliente, entre um assalariado e o seu empregador. Da mesma maneira que nos tempos de Marx, a "cooperação simples", o agrupamento de artesãos sob o teto do mesmo ateliê, foi a primeira etapa da hierarquia capitalista (a sua primeira versão do "panóptico" precioso a Foucault), da mesma forma a aglomeração, com o seu cortejo de oportunidades potenciais, atualizáveis a baixo custo, foi e permanece a primeira condição do mercado capitalista.

E quando dissemos a baixo custo, não pensamos tanto nos custos de transporte quanto nos custos de informação, nos custos de "transação" no sentido próprio. E quando falamos em informação, não falamos dessa informação padronizada que aparece nos monitores de computador como era outrora publicada nas *mercúrias*. Falamos dessa informação no sentido próprio: o novo, o contingente, o improvável, que emerge do ruído do fundo das rotinas. É mais um resultado convergente dos estudos de geografia econômica: a telemática em nada fez recuar o desejo de aglomeração. Para agarrar as "oportunidades", é preciso estar lá, estar no lugar, observar, com os seus próprios olhos, "face a face".

Numa palavra, a aglomeração é, no espaço, o que a aprendizagem é para tempo. A "atmosfera" (tão freqüentemente invocada pelas contradições a respeito dos distritos, conforme Marshall, é a exalta contrapartida da "cultura", da "formação", da "experiência". É a forma coletiva desta experiência criadora, é através do que os humanos comunicam o saber das suas experiências individuais e é a base coletiva da subjetividade individual.

É, portanto, natural que, quando a crise abala o domínio macroeconômico dos Estados nacionais, quando a emergência de novas tecnologias e a instabilidade dos mercados desestabiliza os modos de gestão bem experimentados das grandes empresas, quando numa palavra recua a "hicc-

⁸ NDT: *Mercuriale* (Itálias de 1793; uso corrente a partir de 1793; do latim *mercúria*, membro da composição dos *negócios*, *mercúrio* sendo o deus do comércio). Tabela oficial semanal mencionando os preços correntes das *mercúrias alimentícias vendidas num mercado público*; a cotação oficial dessas *mercúrias*.

rarquia", então voltam com força a aglomeração, esta antecâmara do mercado, esta arena para o mercado. Para o presente e o futuro imediato, a urbanização é novamente a vencedora.

Eis a questão. Será que a aglomeração industrial, o "distrito industrial", só funciona no mercado? E o mercado volta com força pelo enfraquecimento transitório da potência das hierarquias (aquele dos oligopólios e da sociedade política), ou pelas necessidades estruturais de um novo modelo de desenvolvimento (este próprio induzido por uma revolução tecnológica), a acumulação "flexível"? É aqui que começa o debate.

Um profundo hiato divide de uma só vez os "partidários" do distrito. Para os italianos Becattini [1990] e Garofoli [1992], os distritos do "milagre" da Terceira Itália (aquele dos anos 1960-1980) não são meros distritos econômicos, não são simplesmente um bem coletivo favorecendo as transações mercantis. A "atividade" se materializa em outros modos de regulação no seio da sociedade civil: a família, a "lealdade" entre empresários e assalariadas, o papel das coletividades locais? etc. Em uma palavra, a "comunidade" (necessariamente de tamanho relativamente pequeno!) no sentido de Toennis (Gemeinschaft) em oposição à sociedade individualista mercantil (Gesellschaft). Na outra extremidade do espectro (os franceses Courlet e Pecqueur [1992] ocupando uma posição intermediária), o californiano Allen Scott [1992] nos apresenta uma "gigantesca acumulação de capital e de trabalho", uma pura lógica econômica antecipando a explosão da mais espetacular megalópole dos anos 1980 (junto com Tóquio) a sua cidade, Los Angeles. Na estrita continuidade do "sonho americano" (sem ignorar os excluídos), ele exalta o gênio demitúrgico do espírito empreendedor, a sua capacidade de criação descentralizada, a sua força de atração e de integração sobre os dessecurizados do mundo. Ele não ignora as formas não mercantis de regulação internas à aglomeração, mas salienta explicitamente que elas recuavam enquanto Los Angeles explodia. E, enquanto os italianos debatem prudentemente sobre os perigos pesando sobre os distritos, Allen Scott afirma sem desvio o acesso à hegemonia de um novo modelo de desenvolvimento, a acumulação flexível, cujos contornos ele esboça: polarização no trabalho, polarização social, triunfo do mercado, retirada do Estado. Flexibilidade das técnicas e da mão-de-obra.

É a brecha onde se engolfam as críticas da hipotese dos distritos industriais. Não dizem-nos Amin & Robins [1990], Martincelli & Schoenberger [1991], a forma distrito não é a "forma enfim encontrada" da saída para a crise e por três razões. Primeiro, a antiga forma fordista não está morta: a grande empresa e a sua rede hierarquizada de estabelecimentos, sucursais e subcontratados, distribuídas no espaço pela mão bem visível da planificação gerencial. Em seguida, os distritos à italiana são casos particulares, extremamente dependentes de uma macroeconomia mundial que escapa deles e de laços de dependência que ignoram. As qualidades a eles atribuídas escondem os seus custos sociais: trabalho superexplorado das mulheres etc. A "qualificação" não é de modo algum o traço característico desse novo modelo. Enfim (e esse é o argumento chave de Martincelli e Schoenberger), mesmo se admitirmos a hipótese de um novo modelo de acumulação flexível, esse modelo pode assumir diferentes formas e a antiga hierarquia (típica das multinacionais fordistas) pode fazer uma volta triunfante sob a máscara mercantil das relações de subcontratação. A autonomia dos pequenos empresários nos anos 1970-1980 só teria sido enão uma breve recreação numa fase de rearranjo no meio da tendência secular à concentração do capital: "ordem pelo ruído" de certo modo. Mais radicais ainda, entre os economistas, os "regulacionistas" como Lebozgne & Lipietz [1992] ou Boyer [1992] retomam o problema na fonte: o novo modelo de desenvolvimento simplesmente não existe ainda, é portanto inútil adaptar as formas do desenvolvimento espacial ao conceito da "acumulação flexível". É melhor estudar no vivo as novas formas de regulação que se colocam e refletir sobre a sua coerência.

É aí que se amarram, pouco ou muito, todas as contribuições recentes buscando superar os termos caricaturais do debate: "divisão internacional de trabalho" contra "distritos industriais". E, como é de regiões urbanas que se trata, a atenção vai se focalizar sobre as formas de regulação intermediárias entre a materialidade da aglomeração urbana e o governo, a legislação e a ação do Estado. Emerge então um conceito inglês ao qual é difícil dar um nome em francês: aquele de *governance*. Logo o seu campo torna-se claro: trata-se de todas as formas de regulação que não são nem mercantis, nem do Estado. Para parafrasear a definição de Gramsci (o Estado = sociedade civil + sociedade política), a governança é a sociedade civil menos o

mercado. Mas, temos de acrescentar, a sociedade de política local, os notáveis, as municipalidades.

Redes e políticas

Esta mudança de terreno conduz imediatamente a duas consequências: a substituição do termo mais geral de "rede" pelo de distrito e o retorno triunfante da política.

Primeiro a rede. É uma forma de organização interempresas cuja governança foi definida além do mercado, isto é, para só tratar das relações interempresas, as relações de hierarquia (de dependência) ou de cooperação, "de parceria". A contribuição de Storper & Harrison [1992] nos mostra a extrema variedade das formas de governança, a sua indiferença relativa frente à tecnologia e, mais surpreendente, frente ao grau da divisão social do trabalho. Existem distritos inteiramente estruturados por suas grandes firmas "núcleo" (core), os distritos paternalistas, poder-se-ia dizer, e sem nada mais de *marshalling*. Por conseguinte, a geografia da desintegração vertical pode se identificar com a antiga geografia fordista, cuja caricatura dunkerquense Castells e Godard [1974] tinham outrora desmontado: uma área de atividade industrial flutuante de grandes conjuntos habitacionais de aluguel moderado e de bairros para executivos. Não se trata de modo algum de uma sobrevivência do passado: Toyota-City é o protótipo o mais espetacular, enquanto que nela triunfam os modos de gestão os mais pós-fordistas ("obedientes" diria Benjamin Coriat [1991]): just-in-time, círculo de qualidade etc. Ao inverso, há distritos sem núcleo: puros "halos" (rings).

Por outro lado, a rede, pela sua definição mais funcional do que geográfica, alarga fantástica e as potencialidades espaciais dos novos "objetos" tomados em consideração. Se a essência da nova organização industrial é a conjugação da autonomia de gestão das unidades econômicas e de sua cooperação rotineizada umas com as outras (divisão social, mais "face a face"), a topologia da rede vai depender das formas técnicas e sociais de organização e de interface do que tem de permanecer "modularizado" de um lado, "coordenado" de outro. É todo o interesse do ponto de vista do engenheiro de organização, que nos apresenta Pierre Veltz [1992]. Por conseguinte, uma boa rede de transportes e de comunicações pode compensar a perda de certas vantagens de aglomeração. Além do distrito (que é

uma rede, mesmo se é só um "halo") se perfila a "rede de distritos", o que Pierre Veltz evoca quando fala de indústrias vivendo "a cavalo sobre duas cidades". O exemplo mais espetacular é o binômio aeronáutico Paris-Toulouse.

Vamos refletir sobre este exemplo. O distrito aeronáutico de Toulouse é um distrito hierarquizado em torno da Aérospatiale, aliás muito influenciado pelas suas origens estatais (desde o pré-guerra, e por razões militares). Cuida essencialmente da montagem do conjunto-mercadoria final: aviões. Nesse aspecto, participa de uma rede de distritos de tamanho europeu (aquele de Airbus Industrie). Por outro lado, os motores CFM-56 da Snecma são produzidos num outro distrito de mecânica de alta tecnologia, distribuídos em arco de círculo sobre o quarto sudoeste da aglomeração parisiense (o Arco da Snecma). Este último distrito nasceu dos escombros de um antigo distrito industrial "clássico", ou melhor, de um "cinturão vermelho" de distritos fundados sobre os operários profissionais que fizeram a glória do movimento social francês.

Debruemo-nos sobre este último distrito (o Arco da Snecma). Constatamos que recorta outros distritos, notadamente a Cité Scientifique de Paris (centrada sobre Orsay) e o distrito eletrônico do sul. Este toca até em sua extremidade norte o distrito de negócios de La Défense. Além de estar ligado por uma relação de parceria com o distrito de General Electric na Nova Inglaterra, o distrito aeronáutico parisiense está, portanto, por sua vez, em imbricação estreita com outros distritos (que também podem colaborar com Toulouse, notadamente para a eletrônica embarcada). Portanto, pertence não só a uma "rede de distritos", mas também a um "distrito de redes". Vários ramos se aglomeram aí, entre a auto-estrada do Oeste e a auto-estrada do Sul através a planalto de Saclay (entre outros a indústria nuclear). Eles têm muitas vezes relações transacionais, têm sobretudo em comum um mercado de trabalho de operários altamente qualificados, de técnicos, de engenheiros, de cientistas. Encontramos as economias de aglomeração inter-ramos, ou economias de urbanização: "a atmosfera". Quando leu o livro de Toulouse também não se reduza a Aérospatiale (é também a indústria do azoto, da eletrônica etc.), reaparam a especificidade da metrópole: é um "distrito de redes", uma aglomeração de indústrias colocadas em relação pela sua proximidade e, sobretudo, pelo seu "tipo social" comum, antes mesmo de negociar transações mercantis.

É o que, alargando um conceito inicialmente colocado por Garofoli,¹³ a contribuição de Leborgne e Lipietz [1992] chama de "área-sistema". Grenoble é uma área sistema: se a eletrônica ali se desenvolveu, não é só por uma lógica interna (a Vale do Silício), é por que Grenoble já era (e permanece) um distrito eletromecânico ligado à transformação da energia hidráulica. Além disso, a contradição "firma regional profissionalista/grande grupo nacional", evocada por M. Dunford [1991] a respeito da telemecânica, já havia sucedido Grenoble na primaverda do fordismo, na ocasião da absorção de Merlin-Guérin por Alsthom.

Mas, a atmosfera específica do distrito de redes, e dos distritos simplesmente, não se forma facilmente. Podemos considerar que esta só se "constrói" verdadeiramente em Toulouse nos anos 1980 (após décadas de descentralização voluntarista de indústrias de alta tecnologia desde Paris) e, apesar das proclamações de "Montpellier a Superlotada", os observadores americanos Stephen Harrison só vêem ali "a catedral do deserto".

Aboardamos aqui a segunda dimensão da "mudança de terreno": a entrada do político. Dissemos: é por meio da palavra "governança" que esta entrada é a mais nítida. Mas, agressivamente (contra o tatcherismo, claro), Mick Dunford [1992] cobra de uma só vez a dimensão política do próprio debate: independentemente de qualquer discussão sobre a forma, a natureza, a dimensão, a ou social dos modos de governança, o simples fato de que as redes funcionam "a la governança": tanto ou senão mais que o mercado, é suficiente para refular as pretensões neoliberalas.

Mas gramscista, a contribuição de Leborgne e Lipietz [1992] mostra que a escolha política de um modelo de desenvolvimento de preferência a uma outra (escolha que se origina na emergência de um novo bloco social) territorial ao mesmo tempo que o soldado vai determinar o tipo de rede industrial e a bacia de emprego, portanto, a direção do desenvolvimento do território (o que levanta imediatamente a objeção de Pierre Veltz: em qual escala geográfica esta escolha se opera?)

Boa pergunta. Na releitura, aparece que, apesar de suas denegações, quando Leborgne e Lipietz sugerem de preferência "país" (Estado-Nação) quando dizem "território", porque colocam as

transformações da relação salarial no primeiro nó de bifurcação dos cenários do "pós-fordismo", é porque essas transformações dependem em grande medida de um quadro legislativo e convencional nacional.¹⁴ Permanece que Pierre Veltz tem razão de salientar, tudo isto só tem interesse prático (e até teórico aliás) se existir uma margem de manobra para os blocos sociais regionais, capazes de empregar modos de governança locais, independentemente da política nacional ou continental (pensamos na CEE) e da macroeconomia mundial. Bernard Ganme [1992] afronta diretamente o problema, mostrando que:

- é bem a política gaullista, modernista e centralista, de fortdização "por cima" que matou a maioria dos antigos distritos industriais franceses nos anos 1960;

A guisa de conclusão

A insuperável dialética do local e do global, que apontamos na introdução como consubstancial a toda análise social, é reconstruída a nível de formas de governança. Portanto, só poderá haver um certo tipo de "regiões que ganham" (ou de preferência uma certa maneira de ganhar, para uma região) no quadro de um certo tipo de Estado nacional (ou confederal: Lipietz [1985b], Leborgne e Lipietz [1990]) e esses Estados só ganharão na competição econômica internacional se souberem suscitar este tipo de "regiões que ganham". E as regiões ou os países que "perdem" serão condenados à marginalização, ou a uma subordinação cada vez mais estrutural (por exemplo via subcontractação), em relação às regiões que ganham.

Que ganham economicamente, é óbvio. Não entraremos aqui no debate sobre os critérios políticos, sociais, éticos, nem ecológicos de "vitória" na matéria. Podemos considerar que Los Angeles é em si uma catástrofe ecológica e social (e a administração de Los Angeles concorda com esta opinião), mas existem os Grúnenen que se aborrecem na "pequena" Frankfurt. Resta-nos que Frankfurt é a capital financeira de uma potência econômica mundial as-

centente, enquanto Los Angeles ganha no meio de um mastodonte economicamente quase falido.

Alain Lipietz é economista e diretor de pesquisa do Centre National de la Recherche Scientifique - CNRS/CN-PRÉMAP (França)

Notas

1. A respeito dessa d-valdade, ver Lipietz [1990], e, a respeito do local e do global, Benko [1990].
2. Os representantes mais significativos são Samir Amin [1973], André Gunder Frank [1969] e, numa certa medida, Immanuel Wallerstein [1974]. Para uma avaliação do "dependentismo", ver Lipietz [1985].
3. Barreira de entrada: limite mínimo de capitais e de know-how requeridos para iniciar de maneira competitiva uma dada atividade.
4. Ver Lipietz [1977]. A organização do trabalho fordiana é a combinação do taylorismo e da mecanização. Ela não deve ser confundida com o modelo de desenvolvimento fordista, que compreende, além disso, um esquema de crescimento macro-econômico (ou "regime de acumulação") centrado sobre o consumo de massa, e um "modo de regulação", um conjunto de costumes e de procedimentos forçando os agentes individuais a se conformar com esse regime.
5. O enfoque da regulação" foi desenvolvido a partir do trabalho de Michel Aglietta [1976] e de uma equipe do Cepremap [1977]. Pode-se achar material mais recente e acessível em Boyer [1986] e Lipietz [1985], assim como a contribuição de Leborgne e Lipietz [1992].
6. Título do livro seminal de Bagnasco [1977]. Tanto quanto importantes foram o seu artigo de [1985], aquele de Brusco [1982] etc. Independentemente, Stühr e Taylor [1981] começaram a falar de "desenvolvimento endógeno".
7. Contra-pose-se (desde Marx pelo menos) a divisão técnica do trabalho no seio da firma a divisão social do trabalho entre firmas independentes. A primeira é denominada pela hierarquia, pela autoridade, pela "lei de ferro" e pelo "cálculo a priori"; a segunda pelo mercado e a sua "anarquia" (dixit Marx). Essa distinção fundamental foi retomada por O. Williamson [1975].
8. A reação dos regulacionistas franceses ao livro de Piore e Sabel foi bastante mitigada. Ver a contribuição de Leborgne e Lipietz [1992], o texto deles mais polémico [1990] e o livro de B. Coriat [1990]. Fundamentalmente, os regulacionistas acusam Piore e Sabel de confundir uma forma de organização industrial (um "paradigma tecnológico"), aliás abusivamente deduzida de uma necessidade tecnológica, com um modelo de desenvolvimento completo.
9. A junção dessa corrente, centrada na proliferação "espontânea" de metrópoles high-tec, com as pesquisas sobre os distritos "a italiana", não era óbvia. Teve não entanto seu lugar sob o nome da "especialização flexível".
10. O leitor achará a coleção de textos recentes entre os mais significativos em Benko & Lipietz [1992]. Por comodidade, os textos citados o serão segundo esta

obra, mesmo se foram publicados antes numa outra língua, o ano de referência ficando contido a data da primeira publicação.

11. Ver nota 4.
12. Danièle Leborgne [1991] esclarece o papel dos com-prensori, essas associações de comunas para a planificação urbana, social e econômica, informais nos anos 1960, formalizadas nos anos 1970, particularmente ativas em Emilia Romana (a região predileta dos distritos "alto padrão"), na Lombardia (isto é, de fato, na Primeira Itália), na Veneza etc.
13. Em Garofoli, a área sistema reagrupa, dentro de um distrito de pequeno tamanho (por exemplo Modena), vários ramos em interação na mesma filiera (por exemplo, uma indústria e a produção das máquinas-ferramentas dessa indústria).
14. É óbvio, no entanto, que esses autores são suficientemente conhecedores de Gramsci e da Itália para não subestimarem a variabilidade inter-regional dos blocos hegemônicos no seio da mesma nação.

Bibliografia

- AGLIETTA M. [1974]. *Accumulation et régulation du capitalisme en longue période. Exemple des Etats-Unis* (1870-1970). Paris, Thèse d'Etat, Université de Paris I.
- AMINS. [1992]. *Le développement inégal*. Paris, Athropos.
- AMIN S. e ROBINS K. [1990]. "Le retour des économies régionales". La géographie mythique de l'accumulation flexible", in Benko e Lipietz [1992]
- AYDALOT P. [1984]. "A la recherche de nouveaux dynamismes spatiaux", in Aydalot, P., ed., *Crise et espace*. Paris, Economica.
- BAGNASCO A. [1977]. *Tra Italia. La problematica territorial dello sviluppo economico italiano*. Bologna, Il Mulino.
- BAGNASCO A. [1985]. "La costruzione sociale del mercato: strategie di impresa e esperimenti di wala in Italia", *Stato e mercato*, n.º 13.
- BEATTINI G. [1979]. "Dal settore industriale al distretto industriale. Alcune considerazioni sull'unità di indagine dell'economia industriale". *Revista di Economia e Politica Industriale*, vol. 5, n.º 1, 7-21.
- BEATTINI G. [1990]. "L'es district marshallien: une notion économique", in Benko e Lipietz [1992]
- BENKO G. B. [1990]. "Local versus global in social analysis: some reflexions" in Kuklinski, A., ed., *Globality versus locality*. Warszawa, University of Warsaw Press.
- BENKO B. e LIPIETZ A. [1992]. *Les régions qui gagnent*. PUF, Paris.
- BOYER R. [1986]. *La théorie de la régulation: une analyse critique*. Paris, La Découverte.
- BOYER R. [1992]. "Les alternatives au fordisme. Des années 1980 au XXI^e siècle", in Benko e Lipietz [1992].
- BRAUDEL E. [1979]. *Civilisation matérielle, économique et capitalisme*. Paris, A. Colin.

- BRUSCO S. [1982]. "The emilian model: productive decentralization and social integration". *Cambridge Journal of Economics*, vol. 6, n° 2, 167-184.
- CASTELLS M. e GODART F. [1974]. *Monopollville: l'entreprise, l'Etat, l'urbain*. La Haye, Mouton.
- CHRISTALLER W. [1933]. *Die Zentralen Orte in Süddeutschland*. Jéna, Fisher.
- CLARK C. [1951]. *The condition of economic progress*. London, Macmillan.
- COASE R. H. [1937]. "The nature of the firm". *Economica*, 4, 16, 386-405.
- CORJAT B. [1990]. *L'atelier et le robot*. Paris, C. Bourgeois.
- CORJAT B. [1991]. *Penser à l'envers*. Paris, C. Bourgeois.
- COURLET C. e PECQUEUR B. [1992]. "Les systèmes industriels localisés en France: un nouveau modèle de développement". in Benko e Lipietz [1992]
- DUNFORD M. [1991]. "Trajectoires industrielles et relations sociales dans les régions de nouvelle croissance économique". in Benko e Lipietz [1992]
- FRANK G. [1970]. *Le développement du sous-développement en Amérique Latine*. Paris, Maspéro.
- FRÖBEL F., HEINRICHS J., KREYÉ O. [1980]. *The new international division of labour*. Cambridge, Cambridge University Press.
- GANNE B. [1992]. "Place et évolution des systèmes industriels locaux en France: économie politique d'une transformation". in Benko e Lipietz [1992]
- GAROFOLI G. [1991]. "Les systèmes de petites entreprises: un cas paradigmatique de développement endogène". in Benko e Lipietz [1992]
- HOTTELING H. [1929]. "Stability in competition". *Economic Journal*, 39, 41-57.
- LEBORGNE D. [1991]. *Les déterminants du développement régional en Italie*. Paris, CEPREMAP, mimeo.
- LEBORGNE D. e LIPIETZ A. [1990]. "Fallacies and open issues of post-fordism". Paris, CEPREMAP, *Couverture Orange*, n° 9XN9.
- LEBORGNE D. e LIPIETZ A. [1990]. "Pour éviter l'Europe à deux vitesses". *Travail et Société*, VII, 15, n° 2, 189-210.
- LEBORGNE D. e LIPIETZ A. [1992]. "Flexibilité offensive. Deux stratégies sociales dans la production des nouveaux espaces économiques". in Benko e Lipietz [1992]
- LIPIETZ A. [1977]. *Le capital et son espace*. Paris, Maspéro (edição revista e aumentada em 1983).
- LIPIETZ A. [1985]. *Mirages et miracles*. Paris, La Découverte.
- LIPIETZ A. [1988]. "La trame, la chaîne et la régulation: outils pour les sciences sociales". Paris, CEPREMAP, *Couverture Orange*, n° 8816.
- LIPIETZ A. [1990]. "Le national et le régional: quelle autonomie face à la crise capitaliste mondiale?". in Benko G. B. *La dynamique spatiale de l'économie contemporaine*. La Garenne-Colombes, Editions de l'Espace Européen, 71-103 (Primeira versão em 1985, CEPREMAP, *Couverture Orange*, n° 8521).
- LÖSCH A. [1940]. *Die Räumliche Ordnung der Wirtschaft*. Jéna, Fisher.
- MARSHALL A. [1900]. *Elements of economics of industry*. London, Macmillan.
- MARTINELLI F. e SCHOENBERGER E. [1991]. "Les oligopolos se portent bien, merci! Eléments de réflexion sur l'accumulation flexible". in Benko e Lipietz [1992]
- MASSEY D. [1978]. "Regionalism: some current issues". *Capital and Class*, n° 6, 106-125.
- MASSEY D. [1985]. "New Directions in Space". in Gregory, D. Urry, J., *Social Relations and Spatial Structures*. London, Macmillan, 9-19.
- PIORE M. e SABEL C. [1984]. *The second industrial divide: possibilities for prosperity*. New-York, Basic Books.
- ROSTOW W. W. [1963]. *Les étapes de la croissance économique*. Paris, Seuil.
- SCOTT A. J. [1988]. *Metropolis, from the division of labor to urban form*. Los Angeles, University of California Press.
- SCOTT A. J. [1992]. "L'économie métropolitaine: organisation industrielle et croissance urbaine". in Benko e Lipietz [1992]
- STÖHR W., TAYLOR D. R., F., eds. [1981]. *Development from above or below*. Chichester, Wiley.
- STORPER M. e WALKER R. [1989]. *The capitalist imperative. Territory, technology and industrial growth*. Oxford, Basil Blackwell.
- STORPER M. e HARRISON B. [1992]. "Flexibilité, hiérarchie et développement régional: les changements de structure des systèmes productifs industriels et leurs nouveaux modes de gouvernance dans les années 1990". in Benko e Lipietz [1992].
- VELTZ P. [1992]. "Hiérarchies et réseaux dans l'organisation de la production et du territoire". in Benko e Lipietz [1992]
- VERNON R. [1966]. "International investment and international trade in the product cycle". *Quarterly Journal of Economics*, 80, 190-207.
- WALLERSTEIN I. [1974]. *The modern world system*. New York, Academic Press.
- WILLIAMSON O. E. [1975]. *Markets and hierarchies - analysis and antitrust implications*. New York, Free Press.